



## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: O EMBATE ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E O GOVERNO NO BRASIL OITOCENTOS

Josy Dias Anacleto<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho, baseado na análise dos Relatórios da Província do Rio de Janeiro nos anos de 1874 a 1884 e no Periódico “A Verdadeira Instrução Pública” tem o propósito de discutir a relação entre os profissionais de educação e o Governo do Império brasileiro. Este artigo pretende demonstrar como foi realizada a formação dos professores públicos, na Escola Normal do Rio de Janeiro, e a inserção dos mesmos no magistério público, bem como quais eram os ideais do Governo para a Instrução Pública e as expectativas dos professores públicos, desvelando parte das relações estabelecidas entre essas duas classes e os reflexos que causaram na sociedade Oitocentista.

**Palavras- Chave:** Formação de professores. Período Imperial. Escola Normal da Província do Rio de Janeiro.

### Introdução

Nas décadas de 70 e 80 do século XIX, as discussões estavam voltadas para a demarcação da hegemonia voltadas para a demarcação da hegemonia pretendida pelo Estado Imperial sobre os espaços de educação, anteriormente situados entre o Governo da Casa e o Governo do Estado.

O Governo do Estado aspirava ao domínio da educação da população, enquanto as elites resistiam firmemente em permanecer em seus redutos, dando continuidade à educação doméstica, sistema que se caracterizava por não ter intervenção alguma do Estado, cabendo aos pais escolher o que melhor considerassem para a educação de seus filhos.

Em 1851, é estabelecida a Lei da obrigatoriedade do ensino primário que reforçava o projeto do Estado, visando a centralizar a educação. Esta medida atingia, principalmente, as camadas desfavorecidas que não tinham a possibilidade de contratar mestres para a educação de seus filhos.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Antiguidade/Uerj. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Pedagogo, tendo como orientadora a professora doutora Maria Celi Chaves Vasconcelos, Duque de Caxias/2005, sofrendo alterações necessárias para a publicação em forma de artigo. Email: josidianacleto@gmail.com.

A partir da nova lei, os pais eram obrigados a mandar os seus filhos para a escola sob pena de multa estimada em 4\$, e, se comprovada reincidência, a mesma seria elevada para 20\$.<sup>2</sup> Embora a multa estivesse prevista em lei, alguns pais burlavam esta medida colocando os filhos para trabalhar, ganhando dinheiro suficiente para ajudar nas despesas do lar e, ainda pagar a multa, desta maneira, não frequentando a escola.

A instrução pública tinha como finalidade atender à educação primária da população da Província e para tentar cumprir este propósito do Governo Provincial, várias escolas foram criadas nos municípios, vilas e freguesias da região.

Todas as expectativas de progresso educacional pretendidas pelo Governo estavam sendo projetadas a partir do desenvolvimento dos professores públicos, quando estes, ainda, se encontravam na fase inicial de sua formação no curso normal, realizado na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro.

Durante o período Imperial, o professor formado em uma instituição especializada na formação dos professores, embora não tivesse um prestígio social à altura do almejado pela classe, representava a oportunidade de ingressar nas escolas públicas primárias da Província, já que este cargo só era permitido àqueles que eram formados pela Escola Normal da Província do Rio de Janeiro.

Os alunos, que frequentaram a Escola Normal em sua segunda fase, tiveram uma formação em diferente da primeira fase, quando a mesma tinha a preocupação de formar professores que soubessem apenas reproduzir mecanicamente uma grande quantidade de conteúdos. Ser normalista desta Instituição representava, nessa nova fase, além da certeza do ingresso nas escolas públicas primárias, as condições necessárias para a manipulação dos novos métodos educacionais utilizados, a partir da segunda metade do Oitocentos, ou seja, estes novos professores teriam um diferencial quando fossem pleitear uma vaga em outras instituições de ensino na Província.

Estes professores foram formados com uma maior quantidade de conteúdo e, é muito importante lembrar que os formandos da segunda fase da Escola Normal tiveram, em seu currículo, a matéria de ginástica que era indispensável para a educação higienista, bastante difundida na época. Outra questão que se deve lembrar é que, neste período da Escola Normal, os futuros professores saíam da Instituição com a experiência adquirida no estágio realizado nas Escolas Anexas, onde aprendiam, na prática, o funcionamento de uma escola e também como era dirigir uma escola sem a ajuda dos mestres.

A repetição exaustiva dos conteúdos e os castigos físicos de outrora davam lugar a métodos inovadores que visavam à parte prática dos ensinamentos, nos quais o aluno era

---

<sup>2</sup> VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A Casa E Os Seus Mestres. Rio de Janeiro; Grifphus, 2005. Pág.209.

levado a desenvolver o raciocínio e não mais somente a memória, a fim de reproduzir os conteúdos.

Após a conclusão do curso de formação de professores na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, os alunos-mestres eram submetidos aos concursos que iriam possibilitar a entrada no magistério público.

Esses concursos eram destinados ao preenchimento de vagas oferecidas nas escolas públicas primárias espalhadas por todo o Império e deveriam ter o seu andamento supervisionado pela Diretoria de Instrução Pública.

O Diretor da Instrução Pública enviava para a Diretoria, através dos Relatórios da Assembleia Legislativa Provincial, o quantitativo de candidatos inscritos nos concursos realizados, bem como o número de aprovados entre homens e mulheres.

Para exemplificar esse fato destaca-se um quadro enviado à Assembleia Legislativa Provincial<sup>3</sup>, no qual, são listadas informações sobre concursos realizados nos anos de 1873 e 1874, respectivamente:

Quadro 1: Resultado dos concursos para o cargo de professor público

Actos	Dezembro Último		Julho	
	Homens	Senhoras	Homens	Senhoras
Inscreverão-se	78	34	58	23
Não comparecerão	19	8	7	4
Não concluirão as provas	19	2	17	6
Reprovados	19	9	21	7
Aprovados	21	10	13	6
Não julgados	-	-	-	-

Fonte: Relatório da Província de 1877

Sobre a realização desses exames, o Diretor da Instrução Pública considerava que os mesmos, eram de pouca validade para se obter, no quadro de funcionários, os professores mais qualificados, tal como expressou na seguinte frase: *“Reconheço que não são os concursos o meio mais próprio para obter professores idôneos.”*

Para o mesmo Diretor, a elevação da qualidade dos professores e, conseqüentemente, da instrução pública não estava limitada a inspeções do conhecimento durante à admissão ao cargo, mas acreditava que era necessária a realização de exames durante toda a vida profissional desses professores.

Ao investigar os Relatórios da Província, alguns relatos sugerem que a Diretoria de Instrução Pública pretendia impor esta proposta do Diretor da Instrução Pública, na qual, os professores que desejassem manter o recebimento de suas gratificações e até mesmo a

<sup>3</sup> Relatório da Província do Rio de Janeiro. Ano: 1874. Pág.25

estabilidade na carreira do magistério público deveriam participar desses exames, continuamente, tal como se expressa neste trecho:<sup>4</sup>

“A frequência dos exames, o desejo de conservar o emprego melhorando as vantagens, farão que o professor não descanse, estude sempre, procurando com o estudo e com a prática alcançar a proficiência que lhe faltava.”

Os alunos-mestres aprovados no concurso público recebiam o cargo de professor público da Província do Rio de Janeiro e eram encarregados de atender as necessidades de toda a Província, levando as escolas estatais para os diversos povoados dos Municípios, Vilas e Freguesias.

Os professores recebiam um ordenado que deveria suprir suas necessidades pessoais e pagar o aluguel das casas onde funcionavam as escolas. E como funcionários públicos do Império tinham o direito de receber alguns privilégios que aumentavam significativamente seu ordenado.

De acordo com o tempo de serviço no magistério, esses profissionais recebiam uma quantia de pagamento que era dividida em primeira, segunda e terceira classe, recebendo anualmente o valor de 1.000.000\$, 1.200.000\$ e 1.400.000\$ respectivamente. E para cada aluno aprovado nos exames finais era adicionado uma gratificação que variava de acordo com a Freguesia atendida.

Quando esses professores abriam as portas de suas escolas e tornavam-se os responsáveis por tudo o que nelas ocorria, os inspetores paroquiais eram os responsáveis em supervisionar estes estabelecimentos.

Os professores eram incumbidos de redigir um relatório e de entregar para os inspetores paroquiais que, após acrescentar suas observações, repassavam ao Diretor da Instrução Pública e este, após analisá-lo, enviava para a Assembleia Legislativa Provincial.

Após a passagem pela Assembleia Provincial, o relatório do Diretor da Instrução Pública chegava ao Ministro e Secretário de Estado de Negócios do Império que era o responsável por analisar esses documentos e, assim, apresentá-los para a Assembleia Geral Legislativa. E era durante a análise dos fatos ocorridos nas escolas, que eram formadas as opiniões sobre a atuação dos professores nas escolas públicas primárias, o que, na maioria das vezes, tornava-se o meio pelo qual, o Governo através dos Diretores da Instrução Pública, encontrava a oportunidade de atribuir às falhas da instrução pública à atuação dos professores. Tal fato gerava uma relação de animosidade entre o Governo do Império e os professores públicos das últimas décadas do Oitocentos.

---

<sup>4</sup> Relatório da Província do Rio de Janeiro. Ano:1874. Pág.26

## A relação Governo e Professores no final do Império

Nas últimas décadas dos Oitocentos, os professores eram criticados veementemente pelos Chefes da Instrução Pública, que tentavam justificar, dessa forma, a lentidão no progresso da educação que era oferecida pelo Governo. Tal situação é demonstrada na fala do Diretor da Instrução Pública:<sup>5</sup>

“É convicção minha que a séde do mal está na escola e não em outra parte, e como, para mim e para todos, a escola é o professor, tratemos de reformar o professorado. A experiência de poucos mezes tem-me demonstrado o seguinte facto: - bom professor, boa matrícula, boa frequência: - ruim matrícula, ruim frequência são indícios de máos professores.”

As críticas, quando voltadas para as escolas, eram com o intuito de atingir os responsáveis pelo funcionamento das mesmas, neste caso, os professores.

Logo, essas críticas deixavam clara a intenção que o Governo tinha de mostrar para a população que se algo não estava bem na Instrução Pública, só poderia ser por mérito dos professores, já que “as escolas estatais estavam dando ótimos resultados”. E o Diretor da Província lembrava à Assembleia Legislativa Provincial que “*as escolas subvencionadas continuam a prestar bons serviços, e sou de opinião que convem propaga-las*”.

Como o Governo supria as escolas de toda a Província com o material necessário para o funcionamento, o relato sobre a distribuição dos livros também era uma oportunidade para justificar as falhas dos professores, conforme a fala do Diretor da Província<sup>6</sup>:

“A necessidade de bons compendios é conhecida para todos os programas para elles formulados pelo conselho de instrução, e os premios outorgados aos que melhor os desempenharem são os meios propostos pelo director, de instrucción, e já vantajosamente experimentados. Em quanto os mestres não satisfazem, que supprão ao menos os compendios a deficiencia delles.”

As críticas direcionadas aos professores geraram além de vários conflitos com o Governo, uma situação desconfortável em relação à sociedade da época.

Em resposta aos freqüentes ataques ao Governo, os professores públicos uniram-se e fundaram um jornal chamado “A verdadeira Instrução Pública” que expressava as indignações destes profissionais e, ao mesmo tempo, servia para recompor a imagem dos mesmos perante a sociedade Oitocentista.

Em seu primeiro número, o jornal designava-se como o “Órgão dos professores públicos de instrução primaria da Corte” e que trataria exclusivamente dos assuntos relacionados à Instrução Pública primária da Corte, sem dar margens a questões de caráter político.

<sup>5</sup> Relatório da Província do Rio de Janeiro. Ano: 1874. Pág.15

<sup>6</sup> Relatório da Província do Rio de Janeiro. Ano: 1874. Pág. 35

Com um título bastante reflexivo, os professores, no editorial do dia 15 de junho de 1872, perguntavam: “quem somos?” e para responder a esta questão são utilizados trechos de “Os Miseráveis” de Victor Hugo como consta no artigo do Redator Chefe do jornal:<sup>7</sup>

“O que Somos?”

Quando Victor Hugo publicou os seus Miseráveis, em que diluiu em muitos volumes um pensamento que, mais resumido, teria causado grande impressão no mundo, apareceu um homem sensato que, sob o pseudonymo de Eugenio de Mirecourt, publicou \_ Os verdadeiros miseráveis \_ provando ate a evidencia que a cegueira com que o demagogo atacava a sociedade franceza, o tinha impellido ate o absurdo; donde o chistoso escriptor concluiu que dentre os verdadeiros miseráveis, o mais miserável era sem duvida o autor de os miseráveis. Pois bem, um facto semelhante acaba de dar-se entre nós: a Instrucção Publica sopra a todos os ventos que o professorado primário na côrte é ignorante; e da tal força a seus pulmões, que suppõe já poder cantar Victoria plantando seus estandartes triumphantes sobre as cinzas já frias da dignidade de uma classe inteira, a quem insulta, envolvida nas paginas esfarrapadas do manifesto de 30 de julho.(...) A exemplo de Mirecourt, queremos tirar também a limpo quem são os verdadeiros ignorantes; e pois, demos á nossa folha o título parodiado\_ A verdadeira Instucção Publica. Quem interferisse desta nossa declaração que o nosso programa é atacar videntemente aos illustrados redactores da Instrucção Publica, faria ao nosso character gravissima injustiça. Não! Não provocaremos uma luta de odios e de paixões, acompanhadas de seu fatal cortejo de represálias. Também não precisamos declarar que não acompanháramos aos nossos adversários em um terreno indigno de nós: porque isso seria por nossa vez fazer-lhes grave injustiça. Temos a certeza de discutir com cavalheiros que presão a sua dignidade, e respeito a alheia. Ficamos, pois, seguros de que a discussão se matera no terreno das idéias, sem nunca descer a questões pessoais.”

Mas o fato de esse jornal constituir um mecanismo de resistência para os professores, que se diziam ultrajados pelo Governo, não diminuía os conflitos existentes, pelo contrário, acirrava os ânimos como no editorial “Provocações” em que o Redator do periódico relata o seguinte:<sup>8</sup>

“Quando dissemos que queríamos tirar a limpo quem são os verdadeiros ignorantes, não damos a este ultimo termo a significação absoluta, que offende; mas a relativa ás matérias que fazem objecto de discussão. Em uma palavra nunca tivemos a louca pretensão de inculcar a nossa classe como uma corporação tão illustrada que pudesse pretender a superioridade sobre os homens de pergaminho, como maliciosamente parece insinuar a Instrucção Publica em seu citado noticiário: porem sómente sustentar que esses homens NÃO SÃO TÃO COMPETENTES COMO PENSÃO, EM MATERIA DE ENSINO ELEMENTAR.”

Embora as relações entre os Professores e o Governo não fossem totalmente pacíficas, o Inspetor Geral da Instrução Pública, em certos momentos, funcionava como um mediador que tentava conciliar as concessões do Governo com as reivindicações dos Professores.

<sup>7</sup> A Verdadeira Instrução Pública. Jornal. Edição de Sábado 15 de junho de 1872. Pág. 1

<sup>8</sup> A verdadeira Instrução Publica. Jornal. Edição de Sábado 15 de junho de 1872. Pág 1

Contra as freqüentes reclamações do Governo, os Professores, que estavam empenhados no movimento de resistência da classe, diziam o seguinte:<sup>9</sup>

“Com os olhos, pois, em Deos e mão na minha consciencia, eu ousou bradar aos meus companheiros de infortunio: Vamos! Coragem! Tudo não está perdido. Temos à frente da Instrucção Publica um ancião respeitavel por suas luzes, por seu patriotismo já provado, por sua importante posição social, e que alem de tudo encaneceu nas lides do magisterio e que portanto, melhor do que ninguem, conhece a consideração e o respeito que se deve guardar para com uma classe depositária da mais alta confiança da nação! Mais um esforço! Façamo-nos respeitaveis e seremos respeitados.”

As reclamações dos professores por melhores condições de trabalho e pelo tratamento adequado dentro da sociedade Oitocentista era reclamado sempre ao Diretor da Instrução Pública da Província e quando este não tinha meios para resolver os problemas, os mestres direcionavam suas reivindicações ao Imperador:<sup>10</sup>

“A.S.M. o Imperador poucos dias antes de sua partida para a Europa

Senhor\_ A classe dos professores publicos de instrucção primaria da Côte tem soffrido com resignação evangelica a humilhação da sociedade, que parece desconhecer a influencia que ella póde exercer nos futuros destinos do paiz. Esta resignação senhor, durou enquanto era fundada na esperança de que os poderes do Estdo cuidarião de tirá-la desse abatimento em que faz, depois que tivessem cuidado de outras providencias que lhes parecem mais necessarias. Concluída a guerra, os professores se dispunhão dar um passo no sentido de implorar a proteção de Vossa Magestade quando V. M. se antecipou a pronunciar a palavra INSTRUCÇÃO, cedendo em favor desse elemento cardeal da sociedade algumas vantagens que lhe erão offerecidas.”

As vantagens, citadas pelos professores nesta carta ao Imperador, referiam-se aos benefícios que os mesmos recebiam, quando conseguiam preparar um aluno. Esse benefício era dado por número de alunos aprovados e isto não era bem visto pelos Diretores da Instrução no Império e até mesmo pelo Conselheiro Josino da Silva, que pedia ao Imperador o seguinte:<sup>11</sup>

“Aproveito a ocasião para pedir muito instantemente que se acabe com a gratificação que aos professores é concedida pelos alumnos, que no fim do ano são julgados promptos em suas escolas. Pouco aproveitou, e é fonte de abusos que não see extinguirão por certo. Se ao trabalho effectivo e real, que melhor se demonstra pela frequencia ou ainda pela matricula, do que para exames que, pela maior parte, não offerecem apoio à confiança. Parece-me que muito lucraria a instrucção, se os proprios professores fossem agentes da matricula ou da frequencia em suas ecolas e isto se conseguira por certo se da maior matricula ou frequencia resultar para elles augmento de vencimento.”

A organização dos professores públicos em um periódico quinzenal de grande circulação nesta classe de funcionários do Governo, também se deu em resposta ao que era

<sup>9</sup> A verdadeira Instrução Publica. Jornal. Ano: 1872. Pág 2

<sup>10</sup> Ibidem. Pág. 13

<sup>11</sup> Relatório do Diretor da Instrução Pública. Ano: 1874. Pág.12

exposto pelos Diretores da Instrução do Império no jornal “A Instrução Pública”, dirigido pelo Diretor da Escola Normal José Carlos de Alambary Luz.

Desta maneira, os Diretores encaminhavam as falhas da instrução pública aos mestres e declaravam estas certezas por meio dos jornais e também através dos relatórios endereçados à Assembleia Legislativa Provincial, ou seja, tanto na sociedade quanto no Governo do Império os professores eram frequentemente criticados e, por vezes, humilhados como profissionais, o que aumentava ainda mais o descrédito na sociedade.

Essa relação conflituosa entre professores e Governo é também contraditória se analisada a partir dos Relatórios da Província, pois, ao mesmo tempo em que os Diretores elogiavam a atuação dos funcionários públicos, quando havia oportunidade invertiam a ordem, como é questionado pelo jornal:<sup>12</sup>

“Perguntamos, pois, a quem quer que informa a contradicção que se nota entre os dois relatórios de 1871 e 1872. No primeiro, a Inspectoria não julga imprudência dizer o Sr. Ministro do Imperio que todos os Professores têm as aptidões requeridas, e que não fallece o desejo de bem servir; no segundo se diz que *o que causa cuidado e como se hão de dar as escolas professores HABEIS E CONSCIENCIOSOS! Oh!! C'est trop fort! Tantiene animis colestibus ira!*”

Neste contexto, observa-se que o Governo procurava encontrar meios para solucionar os principais problemas que acometia a instrução pública, classificando a má formação dos professores como a grande causadora dos impasses da instrução pública.

Os Professores, por sua vez, nunca foram consultados sobre os rumos que tomaria a instrução pública neste período, e a solução vista pelos mesmos, era bem diferente dos encaminhamentos do Governo, como vemos neste trecho:<sup>13</sup>

“O meio de tirar a Instrucção Publica do estado em que se acha, não é regularizar o processo mechanico do ensino, como póde parecer aos que vêem o ensino de fora.”

Os Professores consideravam que o Governo tinha uma visão muito distante da realidade prática das escolas primárias e essa era uma característica de quem apenas dirigia a instrução pública, sem a percepção adquirida no dia a dia com os alunos.

Por esse motivo, julgavam que eram os mais qualificados para direcionar os recursos que iriam auxiliar o progresso da instrução e defendiam a participação dos Professores enquanto cidadãos nas decisões acerca dos rumos da instrução pública, como é relatado a seguir:<sup>14</sup>

“A obediência do cidadão professor não o póde impellir até ensinar, violentando a sua consciência, erros crassos, que aleijão a faculdades

<sup>12</sup> A verdadeira Instrução Pública. Jornal. Ano:1872. Pág:1

<sup>13</sup> Ibidem. Pág. 3

<sup>14</sup> A verdadeira Instrução Pública. Jornal. Edição de Sábado 15 de junho de 1872. Pág 4

intelectuaes da mocidade, fazendo-a crer que as pêtas também podem ser erigidas em aphorismos scientificos! É incontestável o direito que tem o cidadão, embora mestre de escola, de discutir os grandes interesses da instrucção do povo, muito mais quando a elle, e Sá a elle faz a Sociedade responsável pelo atrazo deste ramo de serviço público.”

Mesmo não concordando com as atitudes do Governo que acabava por deixá-los em situação de desprestígio social, os professores diziam respeitar o papel organizador dos Diretores da Instrução Pública, sendo apenas contrários à degradação profissional que haviam sofrido nas últimas décadas do Oitocentos, o que fica bastante visível neste trecho:<sup>15</sup>

“Nunca pretendemos negar a importancia nem os serviços da Instrucção Publica, mas só ractificar o que seus redactores recusarão fazê-lo em relação a nós, isto é, quizemos fazer saber ao paiz que a nossa classe não é composta de homens tão ignorantes e relaxados que se possa dizer com justiça que as creanças estão entregues a si desde os primeiros passos da soletração!(...) agora apregoa impedimentos que nunca existirão, só para fazer alarde de sua marcha triumphal e não nos quer dispensar da honra de ser tambem esmagado pelas rodas do seu carro. Não o conseguirá, porque não nos oppomos a suas idéias, algumas das quaes ate aplaudimos. Só protestamos contra o seu procedimento para connosco. O seu maior triumpho hoje consiste em ter um taller a meza do orçamento. Que lhe faça bom proveito! Não temos inveja disso. Ufanem-se com o apoio official, que nós nos ufanamos com a opnião do paiz. Hi in curribus, nos autem in nomine Domini.”

Percebe-se com este trecho do jornal “A verdadeira instrucção pública” que os conflitos eram em grande parte provocados pela intransigência dos Diretores da Instrução Pública que realizavam atos incompreensíveis para a classe dos professores.

Para exemplificar tais conflitos, destaca-se um acontecimento, no qual as reformas realizadas pelo plano da instrucção pública eliminaram o ensino da língua portuguesa, baseando-se no novo currículo, apresentado nas escolas francesas.

Os questionamentos dos professores eram justamente em relação à reprodução desses ensinamentos que, muitas vezes, não eram sequer traduzidos para a língua nacional, provocando maus entendidos como acima referido. A discussão proposta por um dos professores que se sentiu indignado com esta situação, é observada neste trecho publicado na coluna do jornal “A verdadeira Instrucção Pública” intitulada *Cartas do Professor da Roça*.<sup>16</sup>

#### **Cartas do Professor da Roça**

Meu caro redactor – Na minha precedente comecei a tratar do triste abandono em que tem cahido o estudo do idioma pátrio. Prossegurei na mesma materia. O que vou dizer não é um epigramma que faço à Instrucção Publica, do meu Phaiz; é a summa verdade. Pretendendo imitar o regulamento francez, e encontrando nelle a exigência da língua franceza com exclusão

<sup>15</sup> Ibidem. Pág 3

<sup>16</sup> A verdadeira Instrucção Pública. Jornal. Edição de Sábado 15 de junho de 1872. Pág 4

da língua portuguesa, impuzerão aquella, excluirão esta! Não se lembrarão que, em França, língua franceza significa língua nacional; e que a imitação seria completa se exigissem primeiro de tudo a língua portuguesa, e depois a franceza, assim como os francezes estabelecem o estudo de outras línguas. Eis porque na minha ultima carta que em nosso paiz chama-se imitar o que eu chamava copiar e traduzir.

Esta relação conflituosa \_ relatada pelos periódicos\_ entre Professores e Governo do Império estendeu-se até o final do período Imperial, pois as soluções planejadas pelos Diretores da Instrução Pública não apresentaram resultados suficientes para exterminar as causas que impediam o progresso da instrução pública.

Assim sendo, o relacionamento entre essas duas classes foi sendo estabilizado lentamente, de acordo com as mudanças implementadas na instrução pública por ordem dos novos governantes. Porém, os conflitos permaneceram, ainda, durante muito tempo, presentes nas relações que perpassaram a construção da educação pública no Brasil.

### **Considerações Finais**

Os Relatórios da Província do Rio de Janeiro foram a base deste estudo. Os registros dos Diretores da Instrução Pública, bem como os fatos relatados no jornal da época, revelaram as pistas de que se precisava para tentar recompor o cotidiano dos Professores no período Imperial no Rio de Janeiro.

Embora os relatos dos chefes da Instrução pública no período Imperial tivessem a intenção de retratar o cotidiano, sob a ótica do Governo, o periódico “A Verdadeira Instrução Pública” proporcionou a confrontação dos fatos que ficaram registrados na história da Província do Rio de Janeiro no final do século XIX.

### **Referencias Bibliográficas**

RELATÓRIOS DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. ANOS: 1874 a 1884.

CARTAS DE UM PROFESSOR DA ROÇA. Jornal A Verdadeira Instrução Publica, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1872.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A casa e os seus mestres. A educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.